

O atraso económico português

Jaime Reis, *O Atraso Económico Português — 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

1. A «NOVA HISTÓRIA ECONÓMICA»

Tenho para mim que a «nova história económica» foi mal denominada desde o início. Na verdade, a essência desse corpo de análise, um dos campos mais desafiantes e dinâmicos da economia actual, consiste na aplicação de conceitos e modelos económicos à compreensão dos fenómenos históricos e, frequentemente, até de fenómenos históricos que ultrapassam em muito os temas estritamente económicos, como, por exemplo, nas análises da escravatura de Robert Fogel e S. Engerman e da evolução das instituições medievais de Douglass North. Assim, a «nova história económica» pode nem sequer ser «história económica» no sentido tradicional.

O que define, pois, este corpo científico não é a escolha dos temas, mas a utilização de conceitos da análise económica como grelha de análise. Por isso, estamos no campo da «teoria económica» mais estrita, aqui aplicada ao estudo dos problemas do passado. É por estas razões que sempre achei que para caracterizar essa prestigiada disciplina seria mais adequado o uso de termos como «análise económica histórica» ou «economia da história».

No fundo, a «nova história económica» vem confirmar o resultado da vitória da escola austríaca sobre a escola historicista alemã no *methodenstreit*. A posição de Carl Menger, em defesa da possibilidade epistemológica de existência de uma teoria e abstracção pura nos estudos económicos, torna-se realidade nesta nova disciplina, precisamente no campo onde era aplicado o método hiperempírico da escola historicista, de Roscher, Hildebrandt, Knies, von Schmoller e Sombart.

Na «nova história económica», os métodos da teoria económica são retirados do seu campo tradicional (mas nunca único) de aplicação e levados

* Universidade Católica Portuguesa.

para outras paragens, onde se revelam extremamente fecundos. Essa transferência — que foi igualmente muito frutífera noutros campos nas mãos de autores como Ronald Coase e Gary Becker — segue na esteira dos trabalhos pioneiros de Karl Marx¹ e Joseph Schumpeter², ao utilizarem as técnicas da economia para compreender fenómenos como a evolução dos sistemas sociais, a estrutura das classes e o funcionamento.

2. O LIVRO

Vêm estas considerações a propósito de um conjunto de estudos que se encontram, sem dúvida, entre os pioneiros e mais importantes trabalhos de «nova história económica» em Portugal. O livro de Jaime Reis é constituído pela reedição de seis textos independentes sobre o período de 1850 a 1930. Tocam eles temas aparentemente tão variados como o problema do analfabetismo, as implicações da «lei da fome», o progresso tecnológico e institucional na agricultura, a evolução agregada da indústria e o trabalho de um empresário particular.

Nestas breves linhas de comentário gostaria de sublinhar três ideias muito simples sobre este volume. A primeira é que nestes textos, aparentemente tão distintos, pode identificar-se uma unidade profunda. A segunda é que essa unidade lhe vem do primeiro texto do livro, de que os demais são desenvolvimentos e especificações. A terceira é que este volume e, em particular o seu notável primeiro capítulo «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», constituem uma verdadeira revolução nos estudos de história económica de Portugal, quer pelos métodos, quer pelos resultados.

No que respeita aos métodos, não vou adiantar mais ao que foi dito acima e ao muito que se tem escrito sobre a «nova história económica», sobretudo após o Nobel de 1993. Até porque os meus conhecimentos e o espaço são reduzidos para o fazer³. Limitar-me-ei a sublinhar brevemente o interesse do manancial de revelações factuais e deduções que estes textos trazem consigo.

3. A QUESTÃO

À partida, o tema geral do volume é um dos mais interessantes que a evolução económica portuguesa nos legou. O período que vai, aproximadamente, do início da «regeneração» ao início do «salazarismo» é um dos

¹ V. Schumpeter (1943), *Capitalism, Socialism and Democracy*, parte 1.

² *Ibid.*, partes II e IV.

³ Por exemplo, não vou dedicar qualquer espaço à discussão comum sobre a validade do uso do «contrafactual» na investigação histórica. Na verdade, e como o próprio volume afirma (p.18), qualquer tese de explicação histórica tem implícito um contrafactual. O que a nova disciplina faz, pois, é apenas explicitá-lo, o que é da mais elementar honestidade científica.

mais ricos, polémicos e perturbantes da nossa história recente. Mas, para um economista, o interesse deste período nasce, sobretudo de uma questão simples mas fundamental: «Por que razão Portugal não entrou em desenvolvimento nesta época?»

Desde a revolução industrial existiram dois «períodos de ouro» do desenvolvimento mundial. O primeiro foi, exactamente, este, nas últimas décadas do século XIX; o segundo respeita aos «trinta anos gloriosos» de 1945 a 1975. Estas duas fases, ironicamente apelidadas de *pax britannica* e *pax americana* respectivamente, foram aproveitadas pelos países ricos para acelerar a sua transformação, mas, mais importante do que isso, foram usadas por vários países atrasados para lançar os seus processos de modernização económica e social.

Portugal, como é sabido, começou o seu processo de desenvolvimento no pós-segunda guerra, tendo então um comportamento muito dinâmico, que o situou entre os países de mais rápido crescimento. Por isso põe-se a questão: por que razão não aproveitou o país o período anterior para iniciar essa modernização? Por que razão não aproveitou condições que países — igualmente periféricos e alguns igualmente pequenos, como a Suécia, o Japão, a Rússia e, até, a Argentina — conseguiram fazer frutificar em desenvolvimento, ganhando preciosas décadas em relação à nossa situação? Em resumo, para o economista, a principal questão que surge neste período é a de determinar as razões do atraso económico português.

É este, precisamente, o tema da análise de Jaime Reis, o que coloca este livro no centro de uma das polémicas mais interessantes da economia portuguesa. E o autor dificilmente poderia ter feito mais para elucidar a questão.

Claro que não percorria terreno virgem. A questão, como não podia deixar de ser, foi analisada desde a própria época, e foram apresentadas várias respostas para ela. Desde Oliveira Martins que as explicações históricas do atraso português na segunda metade do século XIX se têm multiplicado. Jaime Reis clarifica essas posições agrupando-as (pp. 12-13) em três ideias fundamentais: a dependência externa do país, a estrutura fundiária e as estruturas sociais e mentais. Os estudos que enveredam por estas linhas são múltiplos; a maior parte deles vem citada pelo autor.

4. O ESSENCIAL DA INOVAÇÃO

A tese essencial vem expressa claramente no primeiro e mais importante dos textos do livro, que dá o título ao mesmo. «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)» é um texto que marca um ponto de viragem na compreensão do processo de desenvolvimento português, quase como uma revolução científica no sentido de Kuhn. É um daqueles

casos na história da ciência onde um autor aborda um tema essencial, para o qual existia uma explicação convincente e ortodoxa, mas que, depois da sua intervenção se revela sobre uma luz inesperada.

O tema do trabalho é a referida questão central do período, a explicação do atraso económico. Mas ao ler-se este texto parece estar-se na presença de um país novo. As ideias que foram tomadas como óbvias por gerações são sujeitas ao escrutínio da economia e, surpreendentemente, derretem-se. Ou, talvez melhor, aparecem transfiguradas num quadro completamente novo, que, afinal, é o quadro da análise económica.

Das três explicações clássicas do atraso do país não fica rasto logo na quinta página do capítulo. Afinal, olhando para os dados disponíveis, constata-se que Portugal era então «uma das economias menos dependentes da Europa» (p. 15), a estrutura fundiária não era «tão perniciosa quanto se pensa [...] e para certos tipos de produção até oferecia vantagens» (p.14) e o conceito de atraso nas estruturas mentais e sociais tem «‘fraca especificação’ que permite que, em certo sentido, se possa provar tudo, ou, se se quiser, não provar nada» (p. 16). E são razões elementares, como dados estatísticos correntes ou o valor epistemológico dos argumentos, que impõem estas conclusões devastadoras.

O estudo subsequente do autor vai mais longe neste caminho. Cada uma das explicações invocadas pela literatura é tomada a sério e medida de forma engenhosa e sugestiva. O instrumento utilizado é o polémico contrafactual, mas que nas mãos de Jaime Reis se transforma num raciocínio claro e lógico.

Claro que, como bom cientista que é, Jaime Reis acautela alternativas, parametriza factores, calibra variáveis, relativiza conclusões.

O texto começa por determinar que o encerramento total do país à concorrência estrangeira, se tivesse sido realizado, teria eliminado a «dependência», mas deixado a nossa economia sujeita à reduzida dimensão do mercado interno e, portanto, incapaz de desenvolvimento significativo.

Mas ainda mais interessante é a análise da possibilidade de Portugal usar estratégias de desenvolvimento paralelas às que tiveram sucesso na época em outros países. O uso de estímulos nos sectores-chave para fazer deflagrar a dinâmica económica, fossem eles manufactureiros (cortiça ou conservas) ou primários (vinhos), era, nesta época, claramente insuficiente para o «arranque» económico.

À trilogia clássica «dependência-estrutura fundiária-estrutura social/mental», Jaime Reis substitui uma consideração lúcida das capacidades dos mecanismos económicos nacionais do tempo. Claro que os elementos clássicos também encontram o seu lugar na nova análise. Mas a análise faz aparecer como elementos determinantes factores como a dimensão do mercado, os recursos naturais, o capital humano. E, sobretudo, aparecem agentes económicos racionais a reagir naturalmente a estímulos económicos variados,

numa linha dinâmica particular. Exactamente o que o teoria económica esperaria que acontecesse.

A conclusão é que «se, em 1900, Portugal estava afundado no atraso económico, dificilmente a situação poderia ter sido outra» (p. 29). Trata-se, como o próprio texto indica, de uma conclusão que vai contra toda a corrente da nossa historiografia e «exige uma reorientação na maneira de olhar a história económica portuguesa do século passado» (p. 30).

Mas, pode dizer-se, a tese do autor vai mais longe. Porque a explicação clássica do atraso português que ele demoliu não se reduzia a esse âmbito. Ela era uma manifestação particular da forma como a inteligência portuguesa se habituou a considerar as potencialidades da economia, da sociedade e da cultura portuguesas em todas as épocas posteriores à dinastia de Avis. A tese de Jaime Reis, portanto, não derruba apenas uma escola histórica mas, muito mais do que isso, contraria o senso comum e o mito decadentista arraigado na consciência nacional.

Este primeiro artigo vale, só por si, todo o livro. O estudo e a explicação que apresenta para a evolução económica de Portugal na segunda metade de Oitocentos repõem a questão num quadro completamente novo e, ele sim, cria uma «nova história económica» de Portugal. Os outros textos do livro são contributos fundamentais para a história do período, mas ao lado deste, aparecem como secundários. Ou melhor, podem ser vistos como peças componentes do raciocínio do primeiro capítulo, desenvolvendo e pormenorizando temas específicos da tese fundamental. Assim se põe também em destaque a linha condutora e a unidade de toda a obra do autor.

5. OS PORMENORES DA INOVAÇÃO

Cada um dos restantes capítulos do livro é, em si, uma peça essencial e extremamente inovadora na análise dos problemas particulares que toca. Que esta minha preferência declarada pelo capítulo 1, e este meu esforço de ver cada um dos demais como seus desenvolvimentos, não impeça a consideração do valor específico de cada um.

O problema do protecçãoismo, que constituía a primeira peça da análise do atraso português, é tratado em pormenor no capítulo 2, apenas no sector agrícola. O texto «A ‘lei da fome’: as origens do protecçãoismo cerealífero (1889-1914)» aprofunda, neste sector específico mas fundamental, parte das conclusões da análise das consequências do protecçãoismo do texto inicial. A pormenorizada análise do funcionamento do sistema de regulação do mercado de cereais e das fases por que passou mostra bem a complexidade de factores presentes neste quadro económico, ilustrando bem, num exemplo específico, o tipo de problemas que a «nova história» tem de abordar.

Mais uma vez, e em oposição ao que tradicionalmente era feito na história económica portuguesa, o autor faz questão de sublinhar os comportamentos racionais dos agentes económicos. Os resultados do sistema provêm de decisões razoáveis, compreensíveis, adequadas, dos empresários, consumidores e outros participantes nos mercados. Era difícil encontrar maior contraste com a visão clássica desta realidade.

Também sobre agricultura, mas agora com a ênfase no progresso tecnológico, é o texto seguinte, «Latifúndio e progresso técnico: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930». Este trabalho é ainda mais interessante e sugestivo do que o anterior, sobretudo se visto como ilustração das teses fundamentais do capítulo inicial. Na verdade, o problema que o autor estuda aqui é um dos que, tradicionalmente, mais frequentemente tinham sido discutidos a partir da hipótese clássica da inadequação das «estruturas sociais e mentais» da época ao desenvolvimento. Depois da intervenção de Jaime Reis, o fulcro da questão passa a situar-se na rentabilidade relativa das tecnologias agrícolas a que os empresários se iam adaptando de forma racional.

O resultado deste texto, como já vinha expresso na tese de referência do livro, é o de «mostrar como, partindo das motivações normais de maximização do lucro e valorização do capital, podem fazer todo o sentido as escolhas que têm servido para caracterizar negativamente o contributo da burguesia portuguesa» (p. 223). Mas esta fase choca frontalmente com a opinião dos estudos tradicionais, pois «a sociedade «burguesa» era bem mais complexa do que aquela que aparece caricaturada em alguma literatura da época e que acabou por ser transferida em certa medida para o discurso histórico actual de um modo nem sempre muito crítico» (*ibid.*).

Mais uma vez se torna claro o contributo deste livro de Jaime Reis. E também a sua unidade temática, apesar de ser constituído por textos independentes. É que os trechos acima citados, aqui aplicados à conclusão do capítulo 3, são retirados da conclusão do capítulo 5, sobre a obra de «José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração». Em ambos é indiscutível como um olhar económico sobre questões que a intelectualidade nacional tinha tratado de outras formas, pode trazer resultados inesperados e inovadores.

No capítulo 4, intitulado «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal 1870-1913», o autor vê-se na necessidade de construir um índice de produção industrial para a época, de forma a poder caracterizar a sua evolução. A originalidade dos resultados do autor é aqui, talvez, ainda mais determinante, pois a maioria das análises anteriores da evolução industrial da época careciam de suporte empírico válido.

Mas este cálculo serve de pretexto para Jaime Reis abordar todo o problema da industrialização portuguesa, então ainda nos seus primórdios. Voltam a aparecer as razões do atraso e a ser discutidas, aqui num sector espe-

cífico, as questões da desvantagem comparativa e da inserção internacional, a falta ou desadequação da educação da população e as opções dos empresários.

Finalmente, o último capítulo, «O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma reinterpretação», lida com a questão essencial do capital humano. A dicotomia produtividade-educação é discutida num quadro que inclui o reduzido investimento estatal na alfabetização, mas também as características sociais e culturais do povo português. A «reinterpretação» de Jaime Reis corresponde, mais uma vez, à consideração das possibilidades realistas e dos limites inevitáveis.

6. CONCLUSÃO

Esta obra de Jaime Reis representa bem os resultados que uma análise económica, simples mas cuidadosa, pode trazer à discussão de temas históricos. Depois de ler este livro, estas ideias aparecem claras, sólidas, óbvias. Até nos esquecemos de que, durante quase um século, foram exactamente as ideias contrárias que detiveram a ortodoxia ou, mais do que isso, o monopólio intelectual. Tem sido este, em boa parte, o efeito da «nova história económica» em todos os campos em que tem sido utilizada. É bom saber que já chegou a Portugal.